



Cheque-dentista e SNS



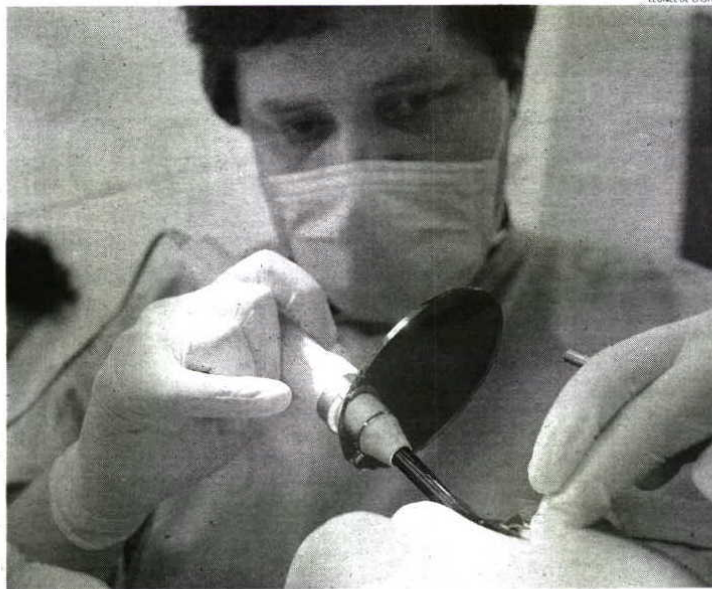
ORLANDO MONTEIRO DA SILVA
BASTONÁRIO DA ORDEM DOS MÉDICOS DENTISTAS

"Há os que fazem, os que vêm fazer e os que perguntam o que aconteceu..."

Há 40 anos, não havia médicos dentistas. Estes só começaram a sair das então escolas superiores de Medicina Dentária do Porto e Lisboa na década de 70 do século passado. A assistência na saúde oral era quase ineficaz, nomeadamente pela escassez do número de profissionais devidamente habilitados e pela orientação dos profissionais que em algumas "caixas", precursoras dos actuais centros de Saúde, estavam presentes, para a resolução das inúmeras solicitações da população, essencialmente através da extracção de peças dentárias. Os médicos dentistas entretanto saídos das escolas procuraram, desde o início, um enquadramento adequado para a sua formação, através do reconhecimento por parte das autoridades da sua formação e também através da sua integração nos então Serviços Médico-Sociais, mais tarde diluídos no Serviço Nacional de Saúde.

Em vão. Nunca o conseguiram.

Daí para cá, muita coisa foi mudando. Apareceram mais cinco faculdades de Medicina Dentária a juntar às duas existentes, foi-se implementando um sector privado de assistência médico dentária, protagonizado na sua essência pelos médicos dentistas que foi responsável por um incremento qualitativo e quantitativo,



LEONEL DE CASTRO

absolutamente notável na assistência médico dentária àqueles com capacidade de a eles acederem.

Quando, em 2001, tomei posse pela primeira vez como bastonário da Ordem, de imediato procurei a então ministra da Saúde, prof. ^a Manuela Arcanjo, e o então líder do maior partido da Oposição, Durão Barroso, para avaliar as suas disponibilidades para integrar os médicos dentistas nos centros de Saúde do país, tentando fazer encontrar forma de fazer chegar a medicina dentária à generalidade da população. A resposta taxativa e directa que me foi dada foi que estava totalmente

fora das cogitações de um e de outro a integração dos médicos dentistas nos centros de Saúde.

Não nos conformámos. Procurámos apresentar alternativas à prossecução do objectivo.

O caminho que foi seguido pela Ordem, de encontro à realidade do aumento do número de médicos dentistas e consequentemente de consultórios e clínicas, foi o de o Serviço Nacional de Saúde negociar a compra de alguns actos básicos de medicina dentária ao sector privado, aproveitando naturalmente a capacidade já instalada.

O Estado não tem de prestar directamente cuidados de saúde oral.

O Estado tem de financiar cuidados básicos de saúde oral aos seus cidadãos, com qualidade e perfeitamente delimitados e definidos, pagos através dos nossos impostos.

Esta é a sua obrigação.

E, no respeito por princípios que, esses sim, são pedras angulares da profissão, a autonomia do médico dentista, a sua independência e a possibilidade de escolha por parte dos doentes, nasceu o Programa Cheque-Dentista.

Foram seleccionados grupos especiais da população, grávidas e os mais idosos, para começo de implementação deste programa.

Foi um primeiro passo. Mas decisivo.

Daí para cá, o Ministério e a Ordem apostaram no alargamento, por formas a abranger as crianças de 4, 5, 7, 10 e 13 anos. Trata-se de cerca de 190 mil crianças, que receberão todas directamente nas escolas do sistema público e nas IPSS o seu 1.º Cheque-Dentista.

A cobertura da população HIV+ está neste momento a ser alvo de negociação, entre a Ordem e a DGS, pretendendo-se o envolvimento futuro de outros grupos importantes, como os diabéticos.

Encontro-me também a trabalhar com o Governo a integração da medicina dentária na medicina do trabalho, e um sistema de comparticipação aos utentes do SNS de alguns actos de medicina dentária.

Termino, na expectativa de que possa ter cabalmente enquadrado ao grupo dos que "perguntam o que aconteceu", explicando a estratégia de saúde oral que está a ser seguida no nosso país.